

LIMA, Raquel. Prefeitura terá que assumir aposentadorias da Câmara.: Absorção do benefício de 39 aposentados aumentará déficit da previdência. *Correio Popular*, Campinas, 17 fev., 2003.

# Prefeitura terá que assumir aposentadorias da Câmara

ABSORÇÃO DO BENEFÍCIO DE 39 APOSENTADOS AUMENTARÁ DÉFICIT DA PREVIDÊNCIA

RAQUELLIMA

Do Correio Popular  
rlima@cpopular.com.br

**M**esmo com um rombo previsto para este ano de R\$ 83,1 milhões, o Sistema de Previdência dos Servidores (SPS) de Campinas terá de absorver os aposentados da Câmara Municipal. A medida deverá aumentar em, pelo menos, R\$ 4,2 milhões anuais o déficit do SPS. A absorção será uma adequação a uma portaria do Ministério da Previdência e atenderá um alerta do Tribunal de Contas do Estado (TCE). O Legislativo mantém atualmente 39 funcionários aposentados que geram uma despesa mensal de R\$ 327 mil para a Casa.

A portaria 4.992, de 5 de fevereiro de 1999, diz: "Fica vetada a existência de mais de um regime próprio de previdência de servidores públicos e de mais de uma unidade gestora do respectivo regime próprio de previdência social e cada ente estatal, salvo em contrário da Constituição Federal".

Para absorver os funcionários da Câmara, o SPS deverá voltar a se tornar um instituto autônomo, de acordo com o ex-secretário municipal de Recursos Humanos Jonival Ferreira Côrtes. O atual sistema assumiu, em 1996, as funções e as obrigações do extinto Instituto da Prefeitura Municipal de Campinas (IMPC). Por isso, a Pre-

feitura e o Sindicato dos Trabalhadores no Serviço Público Municipal de Campinas estão elaborando o novo projeto e discutindo a transição do sistema atual para o novo. A primeira reunião da comissão com o presidente da Câmara de Campinas, Carlos Signorelli (PT), deverá ocorrer no final deste mês ou início de março, segundo o atual secretário de Recursos Humanos, Luiz Pio Romero. "Não podemos esperar a discussão da reforma da previdência no âmbito federal", declarou Romero.

Se as mudanças trarão reflexos diretos para os servidores, ninguém sabe informar. Mas a primeira previsão é a extinção da Caixa de Assistência e Previdência dos Servidores da Câmara Municipal, conhecida como "Caixinha". Ela foi criada em 1963 por meio do decreto legislativo 313. Atualmente, conta com 127 contribuintes, entre aposentados e funcionários da ativa. O sistema recolhe 10% dos salários dos associados para pensão e outros 2% para a assistência médica. Não há recolhimento para aposentadoria. Por isso, cabe à própria

Câmara arcar com a aposentadoria dos 39 funcionários da Casa. O Legislativo ainda é responsável pelo pagamento de 40 pensões e de 32 aposentadorias de ex-vereadores.

São gastos mensais de cerca de R\$ 105,4 mil e R\$ 110,8 mil, respectivamente.

Para 2003, o Legislativo de Campinas prevê um gasto de R\$ 7,3 milhões com aposentadorias e reformas e mais R\$ 1,6 milhão com pensões. O total, R\$ 8,9 milhões, representa 21,5% do Orçamento da Câmara de Campinas para este ano: R\$ 41,3 milhões, de acordo com a peça orçamentária. O Legislativo de Campinas conta com 224 funcionários, sendo 149 em cargos de comissão (sem concurso público).

Os 32 ex-vereadores conseguiram o benefício após uma ação judicial transitado em julgado em 1997. Hoje, os parlamentares da ativa, em Campinas, contribuem para o Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) ou outro tipo de sistema previdenciário, segundo a Casa. As 40 pensões e as 32 aposentadorias continuariam sob responsabilidade da Câmara após as mudanças, segundo o ex-secretário de Recursos Humanos.

'CAIXINHA'

"Não existe outra alternativa a não ser a absorção", afirmou o presidente do Legislativo de Campinas. "O problema é que será como um pequeno município diante de uma grande estatal. É um sistema muito grande e com um déficit enorme que terá de acolher um sistema em ordem", disse a presidente da "Caixinha", Maria Leontina da Conceição de Souza.

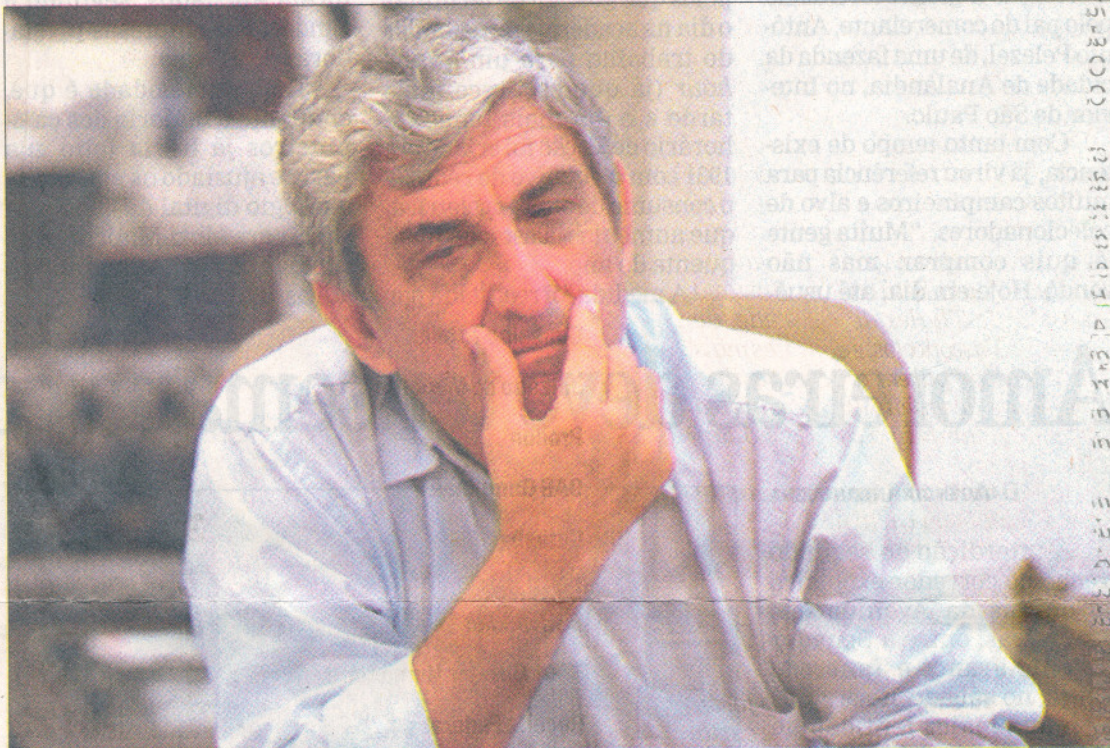
A extinção da "Caixinha" é prevista porque o novo instituto de previdência abrangeria aposentadoria e pensão. Assim, os atuais associados da "Caixinha" optariam em contribuir apenas para o instituto municipal de previdência. "Uma alternativa seria a 'Caixinha' ganhar uma nova função, como a previdência complementar", explicou Côrtes.

**Alternativa de contenção de gastos é recriar instituto com perfil autônomo**



**Luiz Pio Romero, secretário de Recursos Humanos: não é possível esperar debates em Brasília**

NERIVELTONARAÚJO/AAN



**Carlos Signorelli, presidente da Câmara: reunião emergencial para discutir o caso**